



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA  
AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

PROCESSO: 0001323-07.2025.6.22.8000

INTERESSADO: Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia.

ASSUNTO: Prorrogação de prazo de vigência e de execução – Contrato n. 28/2025 – Objeto: Execução de serviços técnicos ambientais, consistentes na complementação do diagnóstico do Projeto de Recuperação de Área Degradada - PRAD - Contratada: E.C.P. SOLUÇÕES SERVIÇOS DE ENGENHARIA SOCIAIS, AMBIENTAIS E PRODUTIVAS EIRELI.

### DESPACHO Nº 1236 / 2025 - PRES/DG/GABDG

Trata-se de processo administrativo no qual, após regular contratação direta em razão do valor, foi firmado a contratação da empresa **E.C.P. SOLUÇÕES SERVIÇOS DE ENGENHARIA SOCIAIS, AMBIENTAIS E PRODUTIVAS EIRELI**, CNPJ 10.726.497/0001-83, para execução de serviços técnicos ambientais destinados à complementação do diagnóstico do Projeto de Recuperação de Área Degradada - PRAD, materializada no Contrato Administrativo n. 28/2025 (1413464), atualmente em execução. O prazo para execução dos serviços encerra-se em **20/11/2025**, e a vigência contratual perdura até **26/12/2026**, conforme Cláusula Terceira **do contrato citado**.

Na Solicitação 78 (1439644), a gestão do contrato, motivada pelo Ofício n. 253/2025/ECP (1439643), comunicou o pedido de dilação dos prazos contratuais apresentado pela contratada, entendendo-o pertinente por não acarretar custos adicionais e por possibilitar a entrega do relatório final com qualidade técnica, alinhado aos parâmetros exigidos pelo Ministério Público Estadual e pelos órgãos ambientais competentes.

O Secretário da SAOFC, por meio do Despacho n. 2833/2025 (1440522), relatou os atos praticados e encaminhou o processo à COFC, para programação orçamentária da despesa; à SECONT, para elaboração da minuta do instrumento contratual; e à AJSAOFC, para emissão de parecer jurídico, a fim de assegurar a regularidade formal e legal da alteração pretendida.

Em sequência, foram juntadas aos autos a Informação n. 251/2025, sobre impossibilidade de realização de programação/ reserva orçamentária (1441125), e a Minuta de Termo Aditivo n. 01 ao Contrato n. 28/2025 (1441034), contendo as alterações propostas.

Instada, a ASJSOFC emitiu o Parecer Jurídico n. 163/2025 (1441044), opinando, em síntese, pela possibilidade jurídica das prorrogações pleiteados e pela adequação legal da minuta juntada pela SECONT.

Por sua vez, a SAOFC manifestou-se favoravelmente ao deferimento do pleito pretendida e à publicação do termo aditivo no DJE, PNCP e no sítio eletrônico oficial do TRE-RO (1441060).

#### **Assim instruídos, vieram os autos a esta Diretoria-Geral para apreciação.**

Inicialmente, registra-se que o pedido de contratação sob análise foi elaborado com base nas regras do regime jurídico da Lei n. 14.133/2021.

Como relatado, pretende-se a prorrogação do prazo de vigência do Contrato Administrativo n. 28/2025 até 15/01/2026, e do prazo de execução até 10/12/2025, em virtude da necessidade de lapso adicional para finalização dos serviços, conforme se verifica na Solicitação (1439644) da gestão do contrato.

Nesse caso, entende-se possível a pretensão de prorrogação pretendida, haja vista que trata de um **contrato de escopo**, o qual poderá ter sua duração prolongada, forma justificada, pelo tempo necessário à execução de seu objeto. Veja-se:

Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:

(...)

XVII - serviços não contínuos ou contratados por escopo: aqueles que impõem ao contratado o dever de realizar a prestação de um serviço específico em período predeterminado, podendo ser prorrogado, desde que justificadamente, pelo prazo necessário à conclusão do objeto; (sem destaques no original)

(....)

Art. 111. Na contratação que previr a conclusão de escopo predefinido, o prazo de vigência será automaticamente prorrogado quando seu objeto não for concluído no período firmado no contrato.

Parágrafo único. Quando a não conclusão decorrer de culpa do contratado:

I - o contratado será constituído em mora, aplicáveis a ele as respectivas sanções administrativas;

II - a Administração poderá optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

Ressalte-se que o Contrato Administrativo n. 49/2024 admitiu expressamente a possibilidade de prorrogação automática:

**CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA, PRAZO DE EXECUÇÃO E DA PRORROGAÇÃO CONTRATUAL**

(Art. 105 e sgs, da Lei 14.133/2021)

**3.1.** Este Contrato terá prazo de vigência de 90 (noventa) dias, a contar da data da publicação no Diário da Justiça Eletrônico - DJE-RO, na forma do artigo 105 da Lei n. 14.133, de 2021.

**3.1.1.** O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

**3.2.** O prazo para execução do objeto contratado será de até 45 (quarenta e cinco) dias corridos, contados a partir da emissão da Ordem de Execução de Serviço (OES), podendo ser prorrogado a juízo da Administração, mediante justificativa da autoridade competente e observadas as seguintes condições:

**3.2.1.** Prestação regular dos serviços;

**3.2.2.** Inexistência de penalidades contratuais aplicadas por três vezes ou mais.

**3.2.3.** Manutenção do interesse da Administração na execução do serviço.

**3.2.4.** Manutenção do interesse da contratada.

**3.2.5.** Concordância expressa da contratada quanto à prorrogação.

Conforme exposto, a cláusula contratual estabelece condições específicas para a prorrogação dos contratos de escopo. Embora tais condições não tenham sido detalhadas de forma explícita nos autos, verifica-se que a execução contratual ocorre de maneira regular, sem registro de sanções à contratada.

Dessa forma, não há qualquer impedimento para a prorrogação sugerida pela gestão do contrato e que, neste caso, será formalizada por meio de Termo Aditivo.

Cabe registrar que, por se tratar de contrato de escopo, sua vigência será automaticamente prorrogada enquanto não ocorrer a plena execução do objeto, sendo que tal medida reclama a lavratura de apostilamento ou Termo Aditivo para essa finalidade, conforme entendimento assentado pelo Parecer Jurídico CEPJ n. 1/2025 (1382592).

Registra-se, ainda, que a minuta do termo aditivo foi considerada regular pela Assessoria Jurídica da SAOFC, por estar em conformidade com as regras da Lei n. 14.133/2021, de modo que o instrumento atende aos princípios e diretrizes que norteiam a aplicação das normas citadas.

**Diante do exposto**, com amparo na delegação de atribuições descrita no art. 1º, inciso II, da Portaria n. 66/2018/GP:

**a) AUTORIZO prorrogação dos prazos de vigência e execução do objeto pretendidos**, na forma como registrados na minuta da SECONT juntada no evento 1441034, com fundamento no art. 6º, XVII c/c art. 111, ambos da Lei n. 14.133, de 2021 e pelo item 3.1.4 e 3.1.5, letras "a" e "b", da Cláusula Terceira do Contrato n. 28/2025;

**b) DETERMINO a publicação do aditivo contratual**, em conjunto com o ato autorizativo e demais documentos necessários, no DJE, em respeito ao princípio da publicidade, bem como publicação no sítio eletrônico oficial do TRE-RO, em consonância com o parágrafo único do art. 72 da Lei. n. 14.133/2021 c/c o disposto no item 28 do ANEXO VIII da IN TRE-RO n. 9/2022, por fim a inserção dos dados contratuais pertinentes no Contratos.gov.br, o qual automaticamente os divulgará no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), em consonância com o art. 94 da Lei. n. 14.133/2021;

**c) DETERMINO a expedição de alerta à gestão contratual** para que observe rigorosamente o envio dos processos a esta autoridade com **antecedência mínima de 7 (sete) dias** em relação ao prazo final para decisão. O descumprimento dessa diretriz compromete a adequada instrução e afronta os princípios da eficiência e da razoabilidade previstos na Lei nº 9.784/1999.

À SAOFC para adoção das demais medidas para o devido processamento do feito.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 20/11/2025, às 10:36, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **1441295** e o código CRC **4879DAE9**.